

Abril/Maio 2018



Defender os interesses e direitos de quem trabalha

NA VIGILÂNCIA PRIVADA GRASSA A INSTABILIDADE LABORAL

Desde horários laborais impostos aos trabalhadores à medida dos interesses do patrão, sem o mínimo respeito pela vida pessoal e familiar do vigilante, até à mudança de local de trabalho ou imposição de férias sem aviso prévio, passando pela imposição do banco de horas ou pagamento insuficiente das horas extraordinárias, tudo vale.

O PCP apresentou na Assembleia da República alguns projectos de lei sobre legislação laboral em Março deste ano, visando, entre outras matérias, acabar com a caducidade da contratação colectiva, repor o tratamento mais favorável ao trabalhador e revogar as normas da desregulação dos horários de trabalho.

Estas propostas que tinham como objectivo repor direitos retirados aos trabalhadores por anteriores governos, sobretudo do último do PSD/CDS, foram chumbados pelo PSD, CDS e PS que, deste modo, deixaram bem claro as suas opções de classe.

O PCP, partido dos trabalhadores, continuará a sua luta firme em defesa dos seus direitos, mas é a luta de quem trabalha que dá mais força às suas reivindicações e às suas conquistas.

Foi pela luta que se conquistaram as 40 horas semanais, o direito a férias e outros direitos. É pela luta que se defendem os interesses e direitos, por melhores salários, condições de trabalho e de vida!

O PCP estará nessa luta, como sempre esteve, com os trabalhadores e o Povo.



PASME-SE!

No contrato colectivo de trabalho (CCT) celebrado entre as associações patronais (AES e AESIRF) e o STAD e publicado no BTE de 15/10/2017, estão publicados os subsídios de alimentação diferenciados em função das várias categorias profissionais.

Assim ficámos a saber que um vigilante de transporte de valores tem direito a um subsídio de 6,75€ por cada dia de trabalho, um operador de valores 6,04€ e os restantes trabalhadores 6,00€.

Será que esta discriminação é aceitável?

Será que há trabalhadores de 1.ª, de 2.ª e 3.ª na mesma empresa no que diz respeito à comida?

**Arbitrariedades destas não são aceitáveis.
Protestar é preciso!**



ESCALAS E HORÁRIOS ILEGAIS

As necessidades pontuais dos serviços levam as empresas a solicitar aos trabalhadores horas suplementares de trabalho. Essas horas deverão ser objecto de pagamento diferenciado e descanso compensatório.

Em conformidade com o previsto na cláusula 22.ª do CCT, o vigilante deverá trabalhar uma média de 40 horas semanais, oito horas diárias, que poderão chegar às 10 desde que o horário semanal não ultrapasse as 50 horas.

O vigilante não pode em condição alguma trabalhar mais de seis dias consecutivos. Não é isto que se passa em algumas empresas, onde é prática corrente os vigilantes serem OBRIGADOS (não lhes é pedida opinião) a fazer 12 horas para compensar a falta dos colegas que estão a gozar férias, entre outras situações.

Como é bom de ver, num posto de trabalho com 4 vigilantes, num ano, pelo menos 3 meses

serão trabalhados a 12 horas. Se acontecer algum dos trabalhadores estar de baixa ou licença, os meses a 12 horas/dia vão aumentando.

Além do excessivo número de horas trabalhadas, o valor das horas extra, quase nunca é cumprido conforme o estabelecido no n.º 2 da cláusula 38.ª do CCT (Diurnas: +50%, Nocturnas: +75%).

As escalas devem ser reconhecidas e autenticadas pela ACT e estar afixadas no posto de trabalho, porém, há empresas onde existe a prática das escalas para “inglês ver”. Fixadas, sim senhor, mas nunca discriminando as horas extras, que normalmente já estão estabelecidas pela empresa. Uma boa forma de não deixar rasto das irregularidades cometidas, a não ser que a ACT cumpra com a sua obrigação de fiscalização, punindo as empresas incumpridoras.

Aos trabalhadores cabe combater estas irregularidades na defesa dos seus interesses e direitos.



1.º DE MAIO – DIA DOS TRABALHADORES

Em 25 de Abril de 1974 conquistámos o direito a comemorar em liberdade o 1.º de Maio, dia do Trabalhador.

Desde então, no dia 1 de Maio de todos os anos, os trabalhadores têm saído à rua em grandes manifestações, organizados pela Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional (CGTP-IN), reivindicando melhores condições de vida e de trabalho.

Os trabalhadores, enquadrados nos seus sindicatos, lutam em unidade: por melhores salários, pelo fim da caducidade dos contratos colectivos

de trabalho, pela reposição do princípio do tratamento mais favorável aos trabalhadores, contra a imposição de horários de trabalho à medida dos interesses do patrão, pela redução do horário de trabalho até às 35 horas e contra o banco de horas e demais justas reivindicações.

Todos ao 1.º de Maio da CGTP-IN com concentração no Martim Moniz, às 14h30 e desfile até à Alameda D. Afonso Henriques

A luta é o caminho para defender os nossos direitos



Organização dos Trabalhadores Comunistas no Sector da Vigilância
Organização Regional de Lisboa

email correio@dorl.pcp.pt
site dorl.pcp.pt

telefone 213 307 000

morada Avenida da Liberdade 170, Lisboa